

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0825773-92.2022.8.10.0000 Paciente: GEOVANIO
HURTADO DE OLIVEIRA Impetrante: MAURICIO GOMES NUNES (OAB/PA nº 32.434)
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA Relator:
DESEMBARGADOR GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS. TRÁFICO
INTERESTADUAL DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA.
GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS
FAVORÁVEIS. SEM RELEVÂNCIA. SUBSTITUIÇÃO DO ERGÁSTULO POR PRISÃO
DOMICILIAR EM RAZÃO DE DOENÇA GRAVE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUADRO
CLÍNICO DEBILITADO OU INEQUÍVOCA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O TRATAMENTO
MÉDICO E O ENCARCERAMENTO. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA.
INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM CONHECIDA E
DENEGADA. I. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva,
somente se verifica a possibilidade de sua imposição e/ou manutenção
quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o
preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo
Penal. II. No caso em exame, a custódia cautelar foi adequadamente imposta
como forma de salvaguardar a ordem pública, bem como para evitar
reiteração delitiva (art. 312, CPP). Destacou-se, na origem, que ocorreu a
apreensão de vultosa quantidade de entorpecentes, que estaria sendo
transportada do Estado do Mato Grosso para São Luís/MA, denotando a
suposta prática de tráfico interestadual de drogas e evidenciando a
existência de uma organização criminosa que atua com essa finalidade, o
que reforçava a gravidade em concreto da conduta. III. Acresça-se a
necessidade de preservação da medida extrema, ainda, por conveniência da
instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, mormente em
virtude de o acusado não possuir domicílio neste Estado. IV. O mero relato
de predicados favoráveis, tais como primariedade, residência fixa,
profissão definida e família constituída, por si só, não tem o condão de
desconstituir a custódia antecipada, tampouco autorizar a aplicação de
medidas cautelares alternativas, na hipótese em que presentes os
pressupostos autorizadores do encarceramento, como na espécie. V. Embora
seja possível a concessão de prisão domiciliar ao detento debilitado por
motivo de doença grave (art. 318, II, do CPP), não restou comprovado
quadro clínico extremamente delicado, tampouco há notícia de que o acusado
necessite de cuidados especiais ou de tratamento não fornecido pelo
estabelecimento prisional onde se encontra, condições imprescindíveis para
o deferimento do pleito seja com fulcro no aludido dispositivo legal, seja
na Recomendação nº 62/CNJ. VI. Consoante entendimento do Superior Tribunal
de Justiça, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não
resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo
juiz, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade,
levando em conta as particularidades da demanda, de modo a evitar retardo
abusivo e injustificado na prestação jurisdicional. Precedentes. VII.
Coação ilegal não configurada na espécie, uma vez que o feito tem duração
razoável e compatível com as peculiaridades do caso, que decorre de uma
complexa operação policial, apura a prática dos crimes de tráfico
interestadual de drogas e associação para o tráfico, contém 06 (seis) réus
no polo passivo e demandou a expedição de cartas precatórias para citá-los
nas comarcas em que atualmente detidos, merecendo registro que 05 (cinco)
deles, dentre eles o paciente, foram transferidos para a Unidade Prisional
de Imperatriz/MA em caráter de urgência por indícios de suposta fuga.
VIII. Ordem conhecida e denegada. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO
Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (HCCrim)

0825773-92.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 07/03/2023)